

Actualizado a 18/12/2014, 17:06 Cidade da Praia, 18 Dez (Inforpress) – O Projecto CVE 078 financiado pela Cooperação Luxemburguesa vai permitir criar condições higiénicas e sanitárias nas famílias e escolas, que integram as comunidades vulneráveis das ilhas do Fogo, Brava e Santiago, afirmou Hercules Vieira, presidente da ANAS. O presidente da Agência Nacional de Água e Saneamento falava à imprensa, hoje, na Cidade da Praia, antes do encontro da Comissão de Avaliação a Meio Percurso do Projecto CVE 078 com os parceiros para um balanço dos dois anos de implementação do projecto de apoio ao plano de acção para gestão integrada dos recursos hídricos. O responsável avançou que serão construídas instalações sanitárias individuais autónomas nos agregados familiares e nas escolas que integram as comunidades das ilhas do Fogo, Brava e Santiago, contribuindo assim para a melhoria do acesso à água potável e saneamento. Contudo acrescentou que durante a implementação houve algumas dificuldades e atraso, mas frisou que esses constrangimentos são normais na concretização deste tipo de projectos. Neste momento encontra-se uma equipa a fazer as avaliações das actividades desenvolvidas até agora, de modo a avaliarmos o projecto, e dar algum contributo as instituições beneficiadas. Por seu lado, o consultor do Projecto CVE 078, Alan Malina afirmou que houve atrasos em várias componentes do projecto, mas sublinhou que essas demoras estão relacionadas com a gestão de equipa, problemas institucionais, política e entre outros. “Para além desses constrangimentos podemos contactar que o sector está em reforma e algumas instituições foram criadas durante a concretização do projecto”, indicou o consultor. No seu ponto de vista, o projecto vai ajudar a reduzir as dificuldades de água nas ilhas do Fogo e da Brava, apoio às famílias mais vulneráveis com casas de banho, sendo a grande componente deste projecto e o saneamento fora de rede. O Projecto sectorial CVE 078 disponibiliza uma assistência ao Governo de Cabo Verde, nomeadamente ao Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território (MAHOT) aos municípios, às empresas intermunicipais, bem como ao sector privado e às famílias. O projecto é financiado pelo governo do Luxemburgo e está orçado em cerca de 12 milhões de euros (aproximadamente 1,3 milhões de contos). AV Inforpress/Fim